

Gilmara G. S. Sarmento*
Francilene Rodrigues**

Artigo recebido em 20/05/2021 e aprovado em 09/03/2021.

Estado e Sociedade Civil no Processo de Migração Venezuelana

Resumo

O presente artigo apresenta uma síntese dos resultados da pesquisa desenvolvida nos marcos do pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Universidade Federal de Roraima, entre 2018 e 2020. Tem como objetivo analisar o papel exercido pelas organizações/entidades da sociedade civil atuantes na questão migratória na época da pesquisa que se engajaram na *Operação Acolhida*. Os dados obtidos pela pesquisa de campo, através de entrevistas semiestruturadas (abertas) com interlocutores-chaves e da observação participante nos diferentes espaços de atuação dessas entidades/organizações, evidenciaram um intenso protagonismo desses atores no enfrentamento de situações de precariedade, de violação de direitos, de hostilização contra os migrantes, além de intensa pressão política por resposta governamental. Não obstante, após o estabelecimento da *Resposta Humanitária* oficial em 2018 e, portanto, da inserção das entidades como colaboradoras na *Operação Acolhida*, a atuação desses atores foi se reconfigurando. As ações de

*Doutora em Ciência Sociais e pesquisadora colaboradora do GEIFRON (Grupo Interdisciplinar em Estudos sobre Fronteiras/UFRR)

**Doutora em Ciências Sociais; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

assistência, consideradas emergenciais, prevaleceram sobre as ações de incidência política. Na ausência de pressão social por uma política pública efetiva, a gestão migratória mantém-se há cinco anos pautada em um modelo de emergência permanente. Tal processo sugere a importância de (re)pensar criticamente o modelo vigente, os interesses que o atual modelo atende e o papel da sociedade civil organizada na transformação da *ajuda humanitária emergencial* em política migratória.

Palavras – chave: Estado; Sociedade Civil; Operação Acolhida; Roraima

Abstract

This article presents a synthesis of the results of the research developed during postdoctoral in Society and Borders, with scholarship of the "Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior" (CAPES) (Scholarship Education Personnel Improvement Coordination), in the Federal University of Roraima, between 2018 and 2020. The objective is to analyze the role exercised by the organizations/entities of the civic society acting on the migratory subject at the time of the research, who engaged in *Operation Acolhida*. The data obtained by the field research, through semi-open interviews with key interlocutors and the participating observation in the different acting spaces of those entities/organizations, proven an intense protagonism from the acting parts in fighting the situations of precariousness, violation of rights, harassment against migrants, in addition to the intense political pressure for government response. However, after the establishment of the official humanitarian response in 2018 and, therefore, the inclusion of entities as collaborators in operation "Acolhida", the

roles of these actors were reconfigured. The assistance actions, considered emergency, prevailed over actions of political incidence. In the absence of social pressure for an effective public policy, the migratory management has been based on a permanent emergency model for five years. Such process suggests the importance of critically (re)thinking the current model, the interests that the actual model caters to and the role of the organized civil society in transforming the emergency humanitarian aid in migratory policy.

Key words: State; Civil Society; Operation Acolhida; Roraima

1. Introdução

Este artigo apresenta, ainda que sucintamente, alguns resultados da pesquisa sobre o papel das entidades da sociedade civil na *resposta humanitária*¹, entre 2018 e 2019. A pesquisa, desenvolvida nos marcos do pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, da Universidade Federal de Roraima, teve como objetivo central compreender a dinâmica da acolhida aos migrantes, buscando inventariar as ações precedentes à resposta do governo federal, bem como compreender a reconfiguração do papel das organizações no

¹ As expressões e palavras em itálico estão marcadas para sinalizar que são categorias naturalizadas no idioma corrente dos sujeitos da pesquisa, não serão aqui problematizadas, mas entendemos que categorias linguísticas e/ou de pensamentos têm significações sociais e simbólicas que precisam ser apreendidas sociologicamente.

*Doutora em Ciência Sociais e pesquisadora colaboradora do GEIFRON (Grupo Interdisciplinar em Estudos sobre Fronteiras/UFRR)

**Doutora em Ciências Sociais; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

âmbito da *Operação Logístico Humanitária - Operação Acolhida*².

Os dados foram obtidos por meio da pesquisa de campo, de entrevistas semiestruturadas (abertas) e da observação participante nos diferentes espaços de atuação das entidades, pois, conforme Valladares (2007), a observação exige *fazer uso de todos os sentidos*, possibilitando apreender detalhes, questões e situações não acessadas ou visibilizadas por meio das entrevistas.

Neste artigo, enfocaremos o papel exercido pelas organizações/entidades da sociedade civil colaboradoras na *resposta humanitária* oficial, que apresentaram intenso protagonismo na questão migratória na época da pesquisa³. O texto está estruturado em três partes: na primeira, algumas breves considerações sobre o Brasil enquanto destino de migrações transnacionais e sua adesão à lógica global de controle das migrações, que coincide com o modelo de *resposta humanitária* adotado em 2018; na segunda parte, situamos o lugar desempenhado pelas entidades e organizações da sociedade civil em contextos migratórios, marcados pela violência e/ou negligência do Estado, discutindo o protagonismo

² Operação instituída após a Medida Provisória nº 820, promulgada por Michel Temer, em 15 de janeiro de 2018. MP que estabeleceu as medidas emergenciais no contexto da migração venezuelana. Desde então, sob a designação de *Operação Acolhida*, as Forças Armadas comandam, em cooperação das Agências Internacionais e outras instituições do Estado, as ações humanitárias em Roraima. E realizam parcerias com entidades, coletivos e outras instituições, públicas e privadas, empresas etc., para levar a cabo um conjunto de ações designadas como de: *acolhimento, abrigamento e interiorização*.

³ Focaremos nas entidades presentes e atuantes nos diversos espaços de ação e discussão sobre a questão migratória. De forma especial, presentes nas *reuniões interagências* - coordenadas pelo ACNUR, Forças Armadas e demais Agências com os diversos entes governamentais, não-governamentais, organizações da sociedade civil, que faziam parte da *Operação Acolhida*.

das entidades da sociedade civil em Roraima; na terceira parte, descrevemos, sucintamente, as ações concretas das entidades pesquisadas no âmbito da chamada *emergência humanitária*, configurada a partir da migração de cidadãos venezuelanos para o Brasil. Finalizamos com breves considerações.

2. *Notas sobre o Estado brasileiro no contexto das migrações: a migração venezuelana*

O protagonismo do Estado brasileiro no contexto da América do Sul, por meio do Mercosul e da UNASUL (União dos Países Sul-Americanos) e sob os governos de esquerda, foi marcado pelo alinhamento do Estado às políticas globais do capitalismo neoliberal, dentre elas ao regime global de controle das migrações, caracterizado pela convergência, paradoxal, entre uma retórica de humanitarismo e direitos humanos, de um lado, e técnicas de securitização (FELDMAN-BIANCO, 2018), do outro.

Neste cenário, o Brasil foi se configurando como destino para cidadãos de países do Mercosul (PATARRA, 2005). Na sequência, assumiu a coordenação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti - MINUSTAH⁴; como desdobramento da presença militar no Haiti, o Estado brasileiro concedeu *visto humanitário* para cidadãos haitianos, a partir de 2010, colocando o país na rota das migrações transnacionais do século XXI (BAENINGER; PERES, 2017).

A concessão do *visto humanitário*, no entanto, esbarrou nas limitações da embaixada brasileira no Haiti para conceder a

⁴ Missão que resultou na presença do Brasil, por meio das Forças Armadas, no Haiti de 2004 a 2017.

*Doutora em Ciências Sociais e pesquisadora colaboradora do GEIFRON (Grupo Interdisciplinar em Estudos sobre Fronteiras/UFRR)

**Doutora em Ciências Sociais; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

documentação, evidenciando a precariedade das políticas e da legislação migratória brasileira. Na impossibilidade do visto ser emitido no Haiti, cidadãos haitianos chegaram ao Brasil desafiando o Estado brasileiro a se atualizar. Esta migração mobilizou setores da sociedade civil, que pressionaram o Estado a criar mecanismos, resoluções e normativas que pudessem garantir a regularização e a permanência desses migrantes no Brasil (SILVA, 2017; BAENINGER; PERES, 2017).

Ainda às voltas com as múltiplas questões emergentes da migração haitiana, incluindo as limitações do acolhimento, da regularização migratória, da inserção socioeconômica, além das manifestações de xenofobia (BAENINGER; PERES, 2017)⁵ e, por óbvio, de racismo, o Brasil se tornou também destino para migrantes oriundos da Venezuela. Esta migração, que começou a ser notada ainda em 2015, tomou grandes proporções a partir de 2017⁶, período em que aumentou o número de migrantes vulnerabilizados que chegavam ao Estado de Roraima.

No Brasil, além da inércia do governo federal no primeiro momento⁷, os migrantes se enfrentaram à oposição ferrenha dos

⁵ As autoras enfatizam a questão da xenofobia brasileira em torno dos migrantes haitianos, mas a nossos ver as práticas nomeadas como xenofóbicas no Brasil, bem como pelo mundo, são mais complexas do que isso, porque não se circunscreve à simples aversão ao estrangeiro como categoria universal, mas a certas categorias de estrangeiros (ou de migrantes). Quase sempre se trata de uma rejeição seletiva em que se conjugam elementos como racismo, *aporofobia* e outras formas de preconceito.

⁶ Foge ao escopo do capítulo discutir as causas da migração venezuelana, mas cabe mencionar que para entendê-la é preciso antes de tudo compreender os múltiplos fatores que concorreram para a sua produção - históricos, geopolíticos, sociopolíticos, econômicos, dentre outros, conforme assinala Padilha (2019).

⁷ A atenção e energia do governo brasileiro nesse período estavam voltadas para a realização das “reformas” neoliberais - conhecidas como “pacote de maldades” - com as quais o governo Temer estava comprometido na época, após o golpe de 2016 que o levou ao poder (MANCIBO, 2017; MENDONÇA, 2019; ALMEIDA, 2021).

governos estadual e municipais à sua entrada e permanência. No âmbito local, tentativas de deportação, entraves ao acesso a direitos e à mobilização político-social pelo fechamento da fronteira com a Venezuela eram as medidas principais (SARMENTO; RODRIGUES, 2020).

A resposta federal veio apenas em 2018, após a conclusão das *contrarreformas* que retrocederam e precarizaram os direitos no Brasil (MENDONÇA, 2017)⁸. Foi nesse contexto que emergiu a Medida Provisória (MP) nº 823/2018, editada e sancionada por Michel Temer⁹.

Apesar de tardia, é preciso destacar que a referida MP refletiu as lutas sociais travadas por atores da sociedade civil que se organizavam no território, buscando visibilizar a precarização da vida dos migrantes ignorados pelo poder público. Dentre os esforços desses atores, destacamos: i) as pressões exercidas sobre os governos locais; ii) as denúncias nacionais e internacionais sobre o estado desumano como os migrantes estavam sendo tratados no estado; iii) o acionamento de organismos internacionais; iv) a entrada desses organismos de proteção e controle globais das migrações, como um importante grupo de pressão para que o governo federal se posicionasse.

Diante das pressões e seguindo a lógica do *regime global das migrações*, o Estado brasileiro ignorou a legislação migratória (Lei 13.445/2017) em vigor na época, entregando ao Ministério

⁸ A autora sugere que não seria apropriado denominar de reforma, palavra que remete à melhoria, as medidas de retrocesso adotada por aquele governo.

⁹ Notícia sobre a edição da medida provisória pode ser acessada em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/medida-provisoria-libera-r190-milhoes-para-lidar-com-fluxo-de-venezuelanos-em-roraima.ghtml>>.

*Doutora em Ciência Sociais e pesquisadora colaboradora do GEIFRON (Grupo Interdisciplinar em Estudos sobre Fronteiras/UFRR)

**Doutora em Ciências Sociais; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

da Defesa a condução da resposta humanitária em Roraima¹⁰. A gestão militar - comandada pelas Forças Armadas em cooperação com Agências da ONU, por meio da *Operação Logístico-Humanitária Operação Acolhida* - traduz bem a lógica, como sinaliza Feldman- Bianco (2018), em que a retórica humanitária, pautada no discurso de direitos e de acolhimento, é combinada com a securitização das migrações.

A partir de abril de 2018, sob o guarda-chuva da *Operação Acolhida*, foram agregadas as entidades, organizações e coletivos que já estavam no território, bem como as entidades instaladas durante e após o seu estabelecimento. Um conjunto de outras instituições governamentais, não governamentais, filantrópicas e empresariais passaram a formar uma rede de cooperação para levar a cabo os objetivos da *Operação Logístico-Humanitária*, a saber, o *ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização*¹¹. Por meio desta extensa rede de cooperação, o Estado brasileiro, personalizado nas Forças Armadas e demais órgãos que compõem a operação, configurou um forte aparato de controle e governamentalidade das migrações, que se inicia na fronteira com a Venezuela (JARDIM, 2017)¹².

¹⁰ Postura contrária à legislação migratória atualizada em 2017, que incorporou uma perspectiva de direitos, retirando a questão migratória da segurança nacional e do âmbito militar (SARMENTO; RODRIGUES, 2020).

¹¹ Conforme indica o governo, por meio da página da Casa Civil: "a Operação oferece assistência emergencial aos refugiados e migrantes venezuelanos que entram no Brasil pela fronteira com Roraima", ocupando-se do *ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização*. Disponível em <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/copy_of_sobre-a-operacao-acolhida-2>.

¹² Dentre as ações realizadas, estão: recepção e orientação, identificação e controle, Imunização, Regularização migratória das crianças migrantes e refugiadas, Garantia de direitos, cadastro e regularização migratória, Emissão de CPF, Atendimento Social, Proteção e Defesa de Direitos conforme explícita a página da Casa Civil supracitada.

3. *Entidades e organizações da sociedade civil em contextos migratórios*

Os movimentos migratórios contemporâneos têm evidenciado a profunda contradição entre o discurso em defesa dos direitos humanos e a consecução desses direitos quando estrangeiros pobres, racializados e de regiões marginalizadas cruzam fronteiras em busca de residência e ou refúgio. Apesar das retóricas em favor da *acolhida*, os muros e as cercas vão sendo construídos e amplificados para dificultar a entrada dos “indesejáveis”, que, na maioria das vezes, são recebidos com extrema violência ao tentar transpassar as fronteiras¹³.

Aqueles que subvertem as barreiras, escapam à violência ou ao assassinato e logram entrar, podem sofrer “*devolución en caliente*”¹⁴, expulsões e deportações que, muitas vezes, ignoram o direito de as pessoas solicitarem a proteção internacional a que teriam direito se os tratados internacionais fossem realmente respeitados. Tais violações só repercutem quando denunciadas

¹³ A violência contra migrantes tem sido recorrente nas fronteiras, especialmente da Europa e dos EUA. Disparos, ataques contra embarcações, prisões de crianças, dentre outras. Em junho deste ano, por exemplo, da cooperação violenta entre a polícia espanhola e a marroquina em Melilla, na fronteira entre Espanha e Marrocos, quase trinta migrantes subsaarianos foram mortos com aval de ambos estados. Detalhes sobre a operação <https://www.elsaltodiario.com/fronteras/melilla-la-tragedia-y-la-muerte-generadas-por-las-politicas-de-control-migratorio>

¹⁴ Expressão espanhola que designa a prática recorrente de devolução imediata de migrantes que atravessam as fronteiras em Melilla, no sul da Espanha, migrantes em sua maioria subsaarianos que quando não são vitimizados pela polícia antes do cruze da fronteira são devolvidos ao território de Marrocos sem oportunizar-lhes o direito de solicitar qualquer tipo de proteção.

*Doutora em Ciência Sociais e pesquisadora colaboradora do GEIFRON (Grupo Interdisciplinar em Estudos sobre Fronteiras/UFRR)

**Doutora em Ciências Sociais; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

por entidades e organizações de direitos humanos, pois a mídia hegemônica tende a distorcer os fatos, minimizando a violência do Estado e seus agentes e, inclusive, muitas vezes, criminalizando as vítimas.

No Estado de Roraima, cumpre destacar dois episódios desse tipo de violência estatal, frustrados pela mobilização de entidades: a tentativa de deportação de 450 indígenas Warao, em dezembro de 2016,¹⁵ e a tentativa de acordo entre o governo de Roraima e o governo da Venezuela, a fim de repatriar migrantes e/ou refugiados, em 2018¹⁶.

Na maioria das vezes, os atores cruciais na luta pelo reconhecimento dos direitos dos sujeitos em situação de deslocamento têm sido as entidades da sociedade civil e não as instituições do Estado. Silva (2017), ao abordar a migração haitiana em Manaus, enfatiza a relevância dessas entidades no acolhimento a esses migrantes na cidade. Carroscosa e Lacomba (2020), ao estudarem o processo migratório em Tijuana (México) e em Ceuta y Melilla (España), duas fronteiras de alta migração, sinalizam para o importante protagonismo da sociedade civil em relação ao Estado.

No entanto, cabe ressaltar que o protagonismo da sociedade civil em temas sensíveis, dentre eles a migração, tem sido um

¹⁵ Ação em que a Política Federal contou com o apoio/participação do governo estadual (por meio da Secretaria de Segurança Pública) e do município de Boa Vista (por meio da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Trânsito). Para informações mais detalhadas sobre esse episódio consultar matérias publicadas nos seguintes sites, respectivamente, <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/12/pf-deporta-450-venezuelanos-sem-documentacao-legal-em-roraima.html> e <https://amazoniareal.com.br/crise-na-venezuela-o-repudio-das-instituicoes-do-s-direitos-humanos-contra-a-deportacao-em-massa-dos-indios-warao/>.

¹⁶ Maiores detalhes sobre a tentativa desse acordo entre as duas autoridades pode ser consultado em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/09/20/governo-de-roraima-anuncia-acordo-para-ajudar-maduro-a-repatriar-imigrantes-venezuelanos.ghtml>.

fato reconhecido e ao mesmo tempo controverso, pois na lógica global neoliberal, o ativismo está sempre sujeito a ser convertido em substituição do próprio Estado e/ou em assistencialismo frente a que, inicialmente, as próprias organizações da sociedade civil se opõem e oferecem críticas (DAGNINO, 2004; PEREZ, 2005; AVRITZER, 2012).

Não obstante, nem sempre as entidades apenas sucumbem diante da lógica neoliberal, pois na relação com o Estado e/ou com as instituições do Estado há sempre transformações que mediam *formas híbridas* de atuação, em que se conjugam assistência e ação política, como bem sinalizam Carroscosa e Lacomba (2020).

No Estado de Roraima, a pesquisa evidenciou o trajeto de lutas trilhado por organizações e entidades da sociedade civil e seus esforços para sensibilizar o poder público sobre os direitos dos migrantes, denunciar as situações de violação de direitos e visibilizar os processos de violência vivenciada “diante do mundo” pelos venezuelanos, cujas vidas precarizadas eram e ainda são ignoradas pelas autoridades locais.

Ativista de uma das entidades entrevistada, ao descrever a situação em Roraima em 2017, asseverou:

[...] Gente dormia como cachorro pelas praças, gente morria de fome em Boa Vista. Quando vi isso perdi minha paz interior, porque a paz é fruto da justiça. Onde não se tem justiça não se pode viver em paz. Dona Maria, que temos a cópia do protocolo de refúgio dela, morreu de fome. Quando ela morreu a gente foi até o médico pedir o documento de causa mortis para que ela fosse enterrada [...]. Ele disse: ela morreu de desnutrição. Depois ele se ruborizou e chorou, e disse: ela morreu de fome.

A indiferença e imobilidade do poder público parece ter sido uma escolha política no Estado de Roraima, uma técnica da

*Doutora em Ciências Sociais e pesquisadora colaboradora do GEIFRON (Grupo Interdisciplinar em Estudos sobre Fronteiras/UFRR)

**Doutora em Ciências Sociais; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

necropolítica (MBEMBE, 2008). Diante disso, as entidades da sociedade civil se mobilizaram para dar assistência aos migrantes mais vulnerabilizados, mesmo em contexto de recursos limitados.

O ano de 2017 é lembrado pelos ativistas como um ano marcado por muito trabalho, por arrecadação e distribuição de alimentos, roupas, medicamentos e outros itens de primeira necessidade. Um grupo de entidades combinavam as *ações emergenciais* com ações de *incidência política*. Realizavam audiências públicas, denunciavam as violações de direitos aos órgãos competentes e acionavam órgãos de justiça para garantir direitos, combatendo as situações de desumanização às quais os migrantes estavam sendo submetidos. Nesse quesito, coletivos ligados às pastorais sociais da Igreja Católica, bem como coletivos da Universidade (grupos de pesquisa e de extensão da UFRR) e o Sindicato da Construção Civil de Roraima, tiveram grande destaque, formando uma rede de atores decisivos em um dos momentos mais críticos do processo migratório.

4. *Sociedade civil e ajuda humanitária: entidades e síntese de suas ações em Roraima*

A pesquisa evidenciou três grupos de entidades com características bastante específicas atuantes na *resposta humanitária*: as entidades religiosas do campo católico, envolvidas com ações emergenciais, fortemente comprometidas com ações de incidência políticas; as entidades religiosas do campo evangélico, que se dedicam exclusivamente às ações assistenciais; as Organizações Não Governamentais (ONGs), confessionais e não-confessionais, ocupadas em cooperar nas ações emergenciais definidas no âmbito da *operação logístico-humanitária*. Muitas delas se definiam *apolíticas*, mas foi interessante notar que, apesar das dissidências que as

separavam por terem matizes ideológicas bastante distintas, havia um esforço de cooperação e convergência, tendo a dignidade dos migrantes como objeto de ação, empenho que antecedia a instalação da *Operação Acolhida*, em 2018.

Dentre as entidades do primeiro grupo, a pesquisa identificou a Pastoral Universitária (PU), o Centro de Migrações e Direitos Humano (CMDH), a Pastoral do Migrante (SPM), o Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH), o Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados (SJMR), a Fundação Fé e Alegria e a Cáritas¹⁷. No segundo grupo, a Igreja de Jesus dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons), a entidade Jovens Com Uma Missão (JOCUM), a Agência Adventista para o Desenvolvimento Sustentável (ADRIA) e a Igreja Metodista. Dentre as entidades do terceiro grupo, destacamos a Fraternidade Internacional, o Exército da Salvação, a Fraternidade Sem Fronteiras, a Cruz Vermelha Brasileira, os Engenheiros Sem Fronteiras e a Associação de Voluntários para o Serviço Internacional - Brasil (AVSI-Brasil).

Deste modo, nas páginas que seguiremos tratar de abordar sinteticamente algumas das principais ações humanitárias desenvolvidas por essas entidades.

A Pastoral Universitária (PU)

¹⁷ É importante ressaltar que as entidades ligadas ao campo católico tinham forte articulação com grupos de pesquisa e extensão da Universidade Federal de Roraima, bem como sindicatos e outros coletivos que colaboravam na incidência política e assistência, mas esses outros atores não serão contemplados nesse artigo, pois foram abordados em publicação anterior. Neste artigo, focalizaremos as entidades da sociedade civil que passaram a conformar a *Operação Acolhida* e nos concederam entrevista durante o processo de pesquisa.

*Doutora em Ciências Sociais e pesquisadora colaboradora do GEIFRON (Grupo Interdisciplinar em Estudos sobre Fronteiras/UFRR)

**Doutora em Ciências Sociais; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

Esta entidade se mostrou uma protagonista importante na *resposta humanitária*, bastante preocupada com a vulnerabilização dos cidadãos venezuelanos, razão pela qual asseverou-nos uma liderança:

Colocamos a boca no trombone [...] Eu contei para duas pessoas o que acontecia aqui: para Deus e para o mundo [...]. O Brasil não me ouvia, então eu contei para a Europa, a partir daí dei entrevista para o canal Vatican News, dei entrevista para agência francesa e para agência espanhola.

Durante a entrevista, a liderança da entidade pontua sua contribuição na articulação de uma resposta das agências da ONU e na proposta de prover voluntariado civil junto à Polícia Federal (PF) para agilizar os pedidos de residência temporária e/ou refúgio¹⁸. Uma importante iniciativa da qual a PU faz parte e que, posteriormente, foi otimizada pela *Operação Acolhida*.

A Pastoral Universitária se destacava também no envio de migrantes para outros estados da federação por meio da parceria com a Pastoral Universitária da Universidade Federal de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais e de um projeto da ABAN, desde 2017¹⁹. O projeto, segundo a liderança entrevistada, foi pensado para acolher exclusivamente migrantes e refugiados da

¹⁸ A ideia partiu da constatação de que a PF não tinha efetivo suficiente para agilizar a demanda por documentação, o que resultava em longas filas que crescia a cada dia sob o sol escaldante de Roraima, na porta do órgão federal. Sendo assim, as instituições sugeriram mobilizar voluntários para oferecer um pré-atendimento, auxiliando os solicitantes de residência e/ou refúgio no preenchimento dos formulários e na organização da documentação necessária aos trâmites, tarefa que se complicava por não falarem o português.

¹⁹ A ABAN (Associação dos Amigos) é uma organização não governamental fundada em 1997 em Juiz de Fora, com o objetivo de enfrentamento da pobreza. O projeto oferecia alojamento, alimentação, curso de português e orientação para o emprego. Para viabilizar o traslado das pessoas entre Boa Vista a Juiz de Fora - MG, a PU- conseguiu a ajuda da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias que se tornou parceira nesta ação.

Venezuela, oferecendo-lhes melhores oportunidades de inserção socioeconômica, que eram restritas no estado de Roraima.

Centro de Migrações e Direitos Humano (CMDH)²⁰

O CMDH se mostrou uma voz importante na luta por direitos humanos e contra a xenofobia, especialmente nas instituições do Estado de Roraima. Dedicava-se também à prestação de orientação social e jurídica aos migrantes, com destaque para a atuação da Ir. Telma Lage²¹, voz contundente na defesa dos migrantes e na desconstrução da retórica xenofóbica de agentes do Estado, empenhados na criminalização da migração e dos migrantes²². Além disso, a entidade colaborava com outras entidades no processo de orientação para o acesso dos migrantes à documentação. Na época da pesquisa, o CMDH vinha sendo uma referência importante para os migrantes e refugiados que chegam ao estado. A entidade cadastrava e distribuía cestas básicas às famílias mais vulneráveis, especialmente àquelas com presença de crianças e outras categorias marginalizadas e excluídas socialmente. Após o estabelecimento da *Operação*

²⁰ É um serviço da diocese de Roraima que se dedica à assistência social e orientação jurídica no contexto das migrações.

²¹ Importante ativista e coordenadora do CMDH na época da pesquisa, falecida, em 2021, em decorrência da covid-19.

²² Destacamos aqui a brava defesa aos direitos dos migrantes, em discurso proferido pela Irmã Telma Lage na Assembleia Legislativa do Estado – ALERR, em 2019, quando se posicionou contra o discurso xenofóbico da totalidade dos deputados estaduais presentes. Em uma audiência organizada por eles para “mostrar à sociedade os impactos negativos da migração” ou o “caos implantado no estado após a chegada dos migrantes”, como eles mesmo enfatizaram em suas falas, histericamente aplaudidas por parte do público que assistia. Participamos do evento na qualidade de pesquisadoras e cidadãs.

*Doutora em Ciência Sociais e pesquisadora colaboradora do GEIFRON (Grupo Interdisciplinar em Estudos sobre Fronteiras/UFRR)

**Doutora em Ciências Sociais; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

Acolhida, se tornou parceira do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), que passou a viabilizar o aporte econômico para promoção das chamadas *bolsas de subsistência*²³.

Pastoral do Migrante (SPM)

Este Serviço Pastoral foi implementado na diocese de Roraima no início de 2018, com objetivo de fortalecer a rede de atendimento aos migrantes. A liderança entrevistada, à época, explicou-nos que os esforços da pastoral foram canalizados para atender os migrantes “fora da rota humanitária”. Isto é, situados naqueles outros lugares, municípios do interior do estado, em que estavam “invisibilizados” para as organizações civis, as agências internacionais e as Forças Armadas, cuja atenção estava focada em Boa Vista e Pacaraima:

Falar de migração em Roraima, era falar de Boa Vista e Pacaraima [...]. Então começamos a ir ao interior, em outros municípios, mapeando os municípios que chamamos de corredores humanitários. [...]. Só no município de Amajari tinha uma média de dois mil venezuelanos.

Ao se deparar com essa realidade, a Pastoral do Migrante começou a mapear os migrantes indocumentados, a observar as condições adversas e/ou de exploração em que essas pessoas estavam submetidas e, a partir disso, encaminhar suas demandas²⁴. Para combater a invisibilidade vislumbrada como

²³ Pequeno auxílio financeiro, ajuda de caráter emergencial, concedido num intervalo de um a três meses para paliar as precariedades enquanto alternativas de sobrevivência mais duradouras fossem encontradas.

²⁴ Na época da entrevista, em 2018, a entidade havia mapeado a situação dos migrantes nos municípios de Amajari, Mucajaí, Cantá, Alto Alegre, Rorainópolis, Caracará, Bonfim, Normandia e Caroebe. E identificado cerca de cinco mil migrantes dispersos nestes municípios, revelou nossa interlocutora.

um ponto de vulnerabilidade, a entidade buscou assegurar o acesso à documentação:

Fizemos uma parceria com a Polícia Federal, que reservou todas as quartas-feiras à tarde para o interior, então todas as quartas-feiras tínhamos cinquenta vagas. E como a gente faz? Levamos os formulários para o interior, lá tem uma equipe que preenche, tiram as fotos, tiram as cópias do documento, toda quarta-feira à tarde o ônibus vai buscar, toda quarta é um município. [...] Já saem com RG e CPF, depois é a carteira de trabalho. A equipe [...] faz carteira de trabalho pelo site, faz refúgio para quem não tem, faz essa lista prévia para quem não tem, em Amajari²⁵.

Ademais da documentação, o SPM realizava distribuição de kits de higiene e de alimentação por meio de parcerias com a Cáritas e a OIM (Organização Mundial para Migração); outras ações fundamentais no processo de constituição de sujeito de direitos eram as ofertas de cursos de português para migrantes nesses municípios.

No período da entrevista, estavam implantando o projeto de *aluguel social*, realizando ações de incidência política e de sensibilização das autoridades desses municípios para tentar garantir os direitos e a inserção socioeconômica dos migrantes e dialogavam com a *Operação Acolhida*, para incluir essas pessoas no programa de *interiorização*²⁶.

²⁵ O traslado do interior à capital, para a sede da Polícia Federal, inicialmente custeados pela Diocese de Roraima, passou para a responsabilidade das Forças Armadas, depois que a entidade estabeleceu uma parceria com a *Operação Acolhida*.

²⁶ Termo que passou a ser chamado no âmbito da *Operação Acolhida*, a transferência voluntária de migrantes e/ou refugiados para outros estados da federação onde supostamente teriam maiores oportunidades do que em Roraima.

*Doutora em Ciências Sociais e pesquisadora colaboradora do GEIFRON (Grupo Interdisciplinar em Estudos sobre Fronteiras/UFRR)

**Doutora em Ciências Sociais; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH)²⁷

A entidade, com sede em Brasília, instalou, em Boa Vista, um escritório denominado IMDH Solidário, em março de 2018. Cabe ressaltar que essa foi sua entrada oficial, pois as contribuições da sua liderança antecediam a instalação da entidade em Roraima. O IMDH Solidário priorizou o atendimento às mulheres e crianças, categorias cuja presença no processo migratório era crescente; essa ação se desenvolvia em paralelo com atividades de apoio e cooperação, no processo de celeridade às solicitações de refúgio e pedidos de residência²⁸.

No que concerne ao atendimento prioritário, o IMDH voltava a atenção para as mulheres grávidas e/ou com crianças em situação de rua. A assistência passava por ações de acolhimento, cadastramento, atribuição de *bolsa de subsistência*, orientações e acompanhamento no sentido da regulação migratória, orientação para a matrícula escolar das crianças e para o registro de nascimento daquelas nascidas no Brasil.

Ações para as quais tiveram que estabelecer parcerias com órgãos da justiça, em razão da complexidade dos casos que atendiam. Explicou-nos o interlocutor da entidade:

Estamos com uma parceria muito boa com o Ministério Público, Defensoria Pública do Estado e Defensoria Pública da União, e o Ministério do Trabalho. [...] Esses dias a gente teve um caso de uma menina grávida de quinze anos de idade que não tinha documentação nenhuma. A menina está para ganhar

²⁷ O Instituto de Migrações e Direitos Humanos é uma associação sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, vinculada à Congregação das Irmãs Scalabrinianas, fundado em 1999 e sua sede é em Brasília.

²⁸ Dentre as atividades: impressão de formulários, a tomada das fotografias 3x4, dentre outras, cujos custos foram assumidos pela diocese de Roraima nos três primeiros meses e depois assumidos pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas), por meio da parceria entre a Agência e diocese, explicou o interlocutor no IMDH.

neném e ela não vai poder registrar o filho enquanto não tiver o protocolo de refúgio. E ela não podia tirar o documento de refúgio porque era menor de idade. Então fomos até o Ministério Público e a DPU entrou com uma ação.

Como fica evidente na fala do interlocutor, o acesso aos direitos, muitas vezes, esbarrava em complicações que demandavam o acionamento dos órgãos de justiça (Ministério Público, Defensoria Pública da União). Tiveram que mediar muitos casos em que as instituições escolares recusavam matricular as crianças migrantes e os cartórios recusavam registrar os bebês de pais venezuelanos nascidos no Brasil. O enfrentamento às situações de negação de direitos era constante. A liderança entrevistada asseverou-nos que algumas instituições públicas e empresas de Roraima, “por má interpretação da regulação nacional ou por má fé” atuavam na contramão dos direitos. Algumas delas, mesmo notificadas pela justiça, ainda colocavam empecilhos e condicionavam o acesso aos direitos das pessoas; por exemplo, solicitavam documentos traduzidos para efetuar a matrícula, exigiam fardamento escolar para assistir as aulas, dentre outras exigências que as famílias vulneráveis não tinham condições de atender. Pontuou que:

A educação e a saúde no Brasil são direitos universais. Você não precisa ter um documento nacional para você ser atendido em nenhum desses dois espaços. A educação você até pode matricular, mas com o tempo você tem que ser legalizado e a gente tinha muito problema porque as escolas exigiam o documento da criança traduzido e esse documento traduzido varia de mil a dez mil reais dependendo da quantidade de folhas que tiver.

*Doutora em Ciência Sociais e pesquisadora colaboradora do GEIFRON (Grupo Interdisciplinar em Estudos sobre Fronteiras/UFRR)

**Doutora em Ciências Sociais; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados (SJMR)²⁹

O escritório do SJMR, em Boa Vista-RR, foi aberto em 2017 e “nasceu como resposta ao fluxo migratório venezuelano”, explicou o representante da instituição, entrevistado por nós, em 2018. Sinalizou ainda o seguinte:

Trabalhamos na acolhida com toda a logística de atenção ao migrante que chega ao portão do SJMR até o momento em que ele é encaminhado a outros setores. No eixo de proteção lidamos com questões como acesso à documentação, à justiça, à educação e à saúde. Então o documento é carteira de trabalho, identidade brasileira, como refugiado é a solicitação de refúgio, ou solicitação de residência. Esse é o número maior nos nossos atendimentos e também monitoramos as relações de violações dos direitos humanos que acontecem tanto em contextos públicos ou privados, então isso pode ocorrer dentro ou fora dos abrigos e essas denúncias nós recebemos e são várias, dando encaminhamento para os órgãos de justiça como a Defensoria Pública e os Ministérios Públicos do Estado e da União.

Uma semana após conceder a entrevista, o coordenador do SJMR sofreu ataques e represálias de grupos reacionários e xenofóbicos, incomodados com o trabalho que vinha realizando à frente da entidade, particularmente pelas orientações jurídicas prestadas aos migrantes, emponderando-os em relação aos direitos e encaminhando suas denúncias, contrariando, assim, esses grupos avessos à migração e aos direitos dos migrantes.

Após uma violenta campanha de ódio pelas redes sociais (de linchamento virtual), que redundou na invasão e depredação do escritório da entidade, o ativista teve que ser transferido de Roraima e substituído. A entidade deu continuidade ao trabalho, porém com um enfoque maior nas ações assistenciais, para

²⁹ O Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados (SJMR) é uma organização da Companhia dos Jesuítas, um serviço específico que atua no tema da mobilidade humana.

preservar a integridade física da equipe, diante dos ataques xenofóbicos que se tornaram comuns na medida em que o período eleitoral avançava. De fato, essas entidades que atuavam em defesa dos direitos dos migrantes eram vistas como “inimigas da nação” porque “ajudavam venezuelanos”³⁰.

Na época da entrevista, o SJMR estava empenhado na inserção laboral dos migrantes³¹ e realizava ações em cooperação/parceria com as Agências Internacionais, dentre elas a chamada *interiorização*.

Fundação Fé e Alegria

A Fundação Fé e Alegria do Brasil é uma entidade ligada também ao Serviço Jesuíta, com foco na “educação popular e promoção social”. Em Roraima, desde 2018, vem atuando com famílias vulneráveis das três nacionalidades: venezuelana, brasileira e haitiana. As ações inicialmente estavam voltadas para a promoção de oportunidades educativas, para crianças e adolescentes, entre 6 e 14 anos. Ofertava aulas de música, de

³⁰ Em Roraima, como em outros contextos migratórios, o discurso xenofóbico foi mobilizado como estratégia política fomentando o ressentimento e o ódio da população local contra os migrantes. Para se ter uma ideia, mais de 70% da população votou em 2018 em Jair Bolsonaro, elegeu o governador e a maioria de deputados estaduais e federais, além de senadores, alinhados àquele político (SARMENTO; RODRIGUES, 2020).

³¹ Orientava na elaboração de currículos, intermediava no envio para as empresas, ofereciam cursos profissionalizantes, fazia um trabalho de sensibilização com empresas para estimular contratações dentro dos marcos legais e monitorava as empresas interessadas na contratação de migrantes devido ao risco de exploração laboral.

*Doutora em Ciências Sociais e pesquisadora colaboradora do GEIFRON (Grupo Interdisciplinar em Estudos sobre Fronteiras/UFRR)

**Doutora em Ciências Sociais; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

prevenção à exploração sexual e atividades esportivas, oferecendo às crianças atendidas almoço e lanche.

Em julho de 2019, ouvindo o apelo de migrantes indígenas, pertencentes à etnia Warao³², a entidade iniciou um projeto de formação para o empoderamento das lideranças, para que pudessem exigir seus direitos, dentre eles, o de inclusão educacional por meio de uma Educação Intercultural (demanda do próprio grupo indígena). O curso de formação tratava de temas relevantes para compreensão da realidade brasileira, especialmente da região Amazônica onde aqueles migrantes estavam inseridos; proporcionava também conhecimento das legislações nacionais sobre o tema educacional³³.

Cabe destacar que a demanda indígena por esses direitos coloca desafios interessantes ao Estado e às agências de proteção internacional, pois questiona a defesa de direitos humanos, limitada a uma concepção liberal de direito universal, ao mesmo tempo em que coloca a necessidade de pensar esses direitos desde uma perspectiva sócio-histórica, intercultural e decolonial (GÁNDARA CARBALLIDO, 2019).

Cáritas³⁴

³² O Grupo na época contava com 300 pessoas (alguns também da etnia E'ñepa e não indígenas), e estava instalado em um parque esportivo estadual abandonado, espaço chamado pelos entes da *Operação Acolhida de* “abrigo espontâneo” e pelos indígenas de Ka'ubanoco, que significa ato de hospedar ou acolher, lugar de dormir ou descansar (OLIVEIRA et al, 2020).

³³ O projeto estava sendo realizado em parceria com o Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Fronteiras da UFRR, que prestava assessoria.

³⁴ Organismo da CNBB, ligado à Igreja Católica, que se pauta no trabalho junto às populações empobrecidas e vulnerabilizadas.

A Cáritas Brasileira iniciou as atividades de resposta humanitária em março de 2018, priorizando o atendimento aos migrantes em situação de rua. Na época da pesquisa, implementava o *cartão humanitário* que visava atender aos migrantes na compra de alimentos e produtos higiênicos³⁵. Organizava um fundo para apoiar os migrantes na compra de medicamentos, para situações de enfermidade específica cuja medicação não estivesse disponível no sistema público de saúde. O outro fundo era destinado ao *deslocamento extraordinário* por motivos de violência, agressão e/ou ameaça contra sua vida em Roraima.

A entidade, por meio de equipe da Cáritas Diocesana de Roraima, também coordenou a *interiorização* de migrantes, por meio do programa Caminhos da Solidariedade: Brasil e Venezuela, realizado com recursos da CNBB, pelo Fundo de Solidariedade, e com a colaboração de dioceses e arquidioceses que os recebiam pelo Brasil³⁶. Atuava no fomento ao *empreendedorismo* e à *economia solidária*, por meio de oficinas, com o objetivo de oportunizar aos migrantes formas de geração de renda e autossustento³⁷.

³⁵ A ajuda tinha duração de dois meses por pessoa.

³⁶ O projeto incluía acesso à Casa de acolhida, serviços de assistência psicossocial, assessoria jurídica e formação profissional na cidade destino.

³⁷ De acordo com interlocutores da instituição, kits com ferramentas de jardinagem, pipoqueiras, equipamentos para manicura, materiais para confecção de artesanato, dentre outros, foram distribuídos de acordo com os perfis profissionais. Ao todo o projeto conseguiu atender 122 famílias migrantes que estavam estabelecidas em diferentes municípios além de Boa Vista. Matérias sobre o tema podem ser acessadas também por meio dos sites: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Venezuelanos-recebem-kits-para-trabalho-empendedor/51869>.

*Doutora em Ciência Sociais e pesquisadora colaboradora do GEIFRON (Grupo Interdisciplinar em Estudos sobre Fronteiras/UFRR)

**Doutora em Ciências Sociais; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

Igreja de Jesus dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons)

A Igreja de Jesus dos Santos dos Últimos Dias, além de grande destaque nas ações emergenciais, se destacava também por financiar as ações de outras entidades. Segundo os missionários entrevistados, responsáveis pelo trabalho em Roraima, a instituição possui um consolidado *serviço humanitário*, que foi mobilizado assim que o líder da Igreja em Boa Vista percebeu a *situação emergencial* e acionou o escritório de bem-estar em São Paulo. De lá para cá, casais de missionários têm se revezado na coordenação e implementação das *ações humanitárias*. Um deles ressaltou que a instituição está acostumada a atuar em situações emergenciais pelo mundo³⁸. Para tanto, possui um *Fundo de Ajuda Humanitária* para essas ocasiões. Em razão disso, desde 2017 faziam doações e destinavam recursos para projetos e/ou ações de acolhimento³⁹, apoiavam no deslocamento de migrantes com passagens aéreas, dentre outras ações, incluindo doações ao Hospital Público de Roraima e a destinação de recursos para os projetos de construção e manutenção de abrigos da *Operação Acolhida*, dentre outros projetos que surgiram no contexto da intervenção *logístico-humanitária*.

³⁸ “A igreja mantém contêineres, não sei bem o número exato, prontinhos com alimentos, medicamentos, roupas, tudo que é necessário para a manutenção da vida”. Doações que geralmente são enviadas, geralmente, para a Cruz Vermelha, enfatizou.

³⁹ Dentre eles, os Mórmons têm colaborado com projetos como o *Mexendo a Panela*, idealizado por voluntários da Igreja Católica – Missionários da Consolata, que cozinham alimentos para alimentar os migrantes desamparados, realizam atendimentos às crianças e fazem outros tipos de doação. Bem como colaborava com atividades semelhantes levadas a cabo por uma entidade Adventista.

Sobre as doações ao hospital, nossos interlocutores mencionaram:

O Centro Cirúrgico está fechado, as pessoas estão morrendo porque o centro cirúrgico está fechado. Ai nós sentamos com o Dr. XXX (diretor do hospital) e perguntamos ‘o que é que falta para abrir o centro cirúrgico? Ele me deu uma lista com 27 itens. Nós fomos comprando esses 27 itens. Metade deles já pesava quase 800 kg. Está tudo no caminhão aí. Só coisas básicas. Assim, surpreendente que o hospital não tenha, mas não tem. [...] fizemos doações de remédios, potes para dieta enteral, para o uso do hospital por 21 dias. O governo [do estado] não tinha capacidade de prover, por quê? Porque é licitação, é a morosidade, né? Como nós temos orçamento, né? A gente vai lá e pum, resolve”.

Na época da entrevista, a instituição mantinha um pequeno abrigo com capacidade para quarenta pessoas, este, porém, era exclusivo para migrantes mórmons a serem *interiorizados* pela igreja. O processo de *interiorização*, às vezes, começava antes mesmo da saída do fiel da Venezuela, principalmente quando se tratava de membros antigos, como foi nos explicado: “De lá eles conseguem o contato do missionário, manda um WhatsApp para ele dizendo: olha nós estamos chegando a Pacaraima depois de amanhã. Estou indo eu, minha esposa e três filhos. Tenho 27 anos, sou mecânico de automóveis e tal, e quero ser interiorizado”. A partir desse contato, os missionários verificavam a veracidade das informações no sistema informatizado global de membros da igreja para, então, instruí-los no itinerário migratório. Ao cruzarem as fronteiras, essas pessoas realizavam todos os trâmites no posto da *Operação Acolhida*: “Dessa forma, quando eles chegam aqui eles já estão prontinhos pra ir embora. Com as vacinas feitas e documentos”, asseverou-nos. Mas, quando a instituição era procurada por migrantes não-mórmons, com pedidos de

*Doutora em Ciência Sociais e pesquisadora colaboradora do GEIFRON (Grupo Interdisciplinar em Estudos sobre Fronteiras/UFRR)

**Doutora em Ciências Sociais; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

interiorização, “a gente encaminha para o Exército e para as ONGs, pra que eles façam interiorização normal, não furem a fila, né? Então, é assim que a coisa funciona”.

Jovens Com Uma Missão (JOCUM)⁴⁰

Na época da pesquisa, a entidade, representada por um casal de missionários residentes em Pacaraima-RR, acolhia migrantes em um pequeno abrigo improvisado em uma casa alugada no município. Dedicava-se também a buscar inserção laboral para os abrigados, especialmente na região sul do país, onde os missionários possuíam uma rede familiar e de amizade que cooperavam. Em período antecedente, distribuíam sopa para os migrantes em situação de rua, em parceria com a Igreja Batista do município. Com o aumento da demanda progressiva, em vista do aumento de migrantes vulnerabilizados, as doações e apoio que recebiam se tornaram insuficiente. No final de 2018, passaram a receber das Forças Armadas, por meio da *Operação Acolhida*, doações de alimentos, colchões, dentre outros itens, o que possibilitou darem continuidade ao trabalho de acolhida.

Agência Adventista para o Desenvolvimento Sustentável (ADRA)⁴¹

A Agência Adventista iniciou o trabalho humanitário em Boa Vista em maio de 2018. Inicialmente, dedicou-se à distribuição de kits de higiene e kits domésticos direcionados aos abrigos da

⁴⁰ A entidade se define como um movimento internacional e interdenominacional que mobiliza jovens cristãos para obra missionária.

⁴¹ Trata-se de uma agência de ajuda humanitária ligada à Igreja Adventista do Sétimo Dia, presente em cento e trinta países e é membro do Conselho de Desenvolvimento da ONU.

*Operação Acolhida*⁴². A promoção da ação de higiene e de cuidados com a água nos abrigos para migrantes e refugiados também formaram parte das ações desenvolvidas pela entidade, como o Projeto WASH⁴³, realizado em parceria com a UNICEF⁴⁴.

No período da pesquisa, a entidade trabalhava “distribuindo kits de asseio, cozinha, cama, mesa e banho e promovendo ações educativas sobre saúde e higiene” nos abrigos em Roraima, bem como colaborava com a *Operação Acolhida* na ação de *interiorização*. Oferecia suporte às famílias deslocadas para outros estados em quesitos como estadia, assistência financeira para higiene e alimentação e ajuda na busca de oportunidades de trabalho no destino⁴⁵.

Igreja Metodista

⁴² Distribuía kits de higiene para os abrigos não-indígenas e Kits domésticos (contendo utensílios de cozinha para o preparo das refeições e redes) para os abrigos indígenas.

⁴³ Sigla em inglês para água, saneamento e higiene. O projeto objetivava garantir determinadas condições higiênicas global nos abrigos e de condições mínimas de higiene pessoal, tendo em vista que as pessoas abrigadas estavam desprovidas dos recursos para obterem os itens mais básicos como sabonete, creme dental, dentre outros, explicou-nos a coordenadora das *ações humanitárias*.

⁴⁴ Dentre as ações cobertas pelo projeto, estavam o fornecimento de cartões/voucher eletrônico aos abrigados, com recargas mensais por período de 6 meses para cada beneficiário adquirir itens de higiene básica.

⁴⁵ Assistência com duração de três meses após a chegada no destino, conforme explicou nossa interlocutora que apontou a USAID - *United States Agency for International Development* - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional como a principal fonte financiadora das ações que a entidade realizava.

*Doutora em Ciências Sociais e pesquisadora colaboradora do GEIFRON (Grupo Interdisciplinar em Estudos sobre Fronteiras/UFRR)

**Doutora em Ciências Sociais; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

A Igreja Metodista, localizada no bairro de Mecejana (Boa Vista), iniciou o *trabalho humanitário* em junho de 2016, com a distribuição de café da manhã e, posteriormente, de outras refeições, esclareceu-nos a pastora entrevistada. As atividades não se resumiram à oferta de alimentos, pois a entidade também havia ofertado curso de corte-costura e oficina de artesanato para mulheres migrantes e realizava atividades lúdicas com as crianças. As ações eram desenvolvidas em um abrigo improvisado pelas entidades da sociedade civil para migrantes indígenas em 2017⁴⁶, período anterior à instalação da *Operação Acolhida*.

Em 2019, a entidade desenvolvia o projeto de uma *padaria social*⁴⁷, construída aos poucos por meio da *ajuda solidária*, especialmente a contribuição de congregações metodistas de outros estados. Segundo o relato da entrevistada, a congregação possuía uma forte rede de solidariedade⁴⁸, por meio da qual recebia toneladas de doações⁴⁹, que eram repassadas para as Forças Armadas compartilharem com outras entidades que também realizavam ações dentro e fora dos abrigos.

Por meio dessa mesma rede, a pastora e sua equipe vinham conseguindo trabalho para alguns migrantes em outras regiões do país e ajuda para dar suporte a essas pessoas no deslocamento e estabelecimento nas regiões de destinos. Ao mesmo tempo,

⁴⁶ Para mais informações sobre o abrigo indígena improvisado ver Sarmiento e Rodrigues (2020).

⁴⁷ A padaria, construída nas dependências da igreja, recebia migrantes para fabricar e vender o pão.

⁴⁸ Composta por congregações da Igreja Metodista e de membros delas em outros estados, que tanto doavam alimentos, calçados, medicamentos, dentre outros itens, como se deslocavam até Roraima para realizar ações de saúde.

⁴⁹ Revelou que, em uma dessas campanhas, conseguiram doze toneladas de doações, tendo que acionar um coronel da *Operação Acolhida* para que providenciasse o traslado das doações do estado do Rio de Janeiro até Roraima. Doações as quais a igreja ficou com 30% e distribuiu o restante com outras entidades.

mobilizavam essa rede externa para acolher outros migrantes *interiorizados* para outros estados pela *Operação Acolhida*. Sobre o engajamento nesta atividade, nossa interlocutora asseverou:

A igreja realiza pontes para que essas pessoas que estavam morando na rua ou em abrigos possam ser consideradas cidadãs, não que não eram, até eram, mas em uma vida muito complicada, então hoje essas pessoas podem respirar novos ares, respiram oportunidades com dignidade.

Exército da Salvação⁵⁰

A organização, de inspiração cristã, “está dentro da categoria das confessionais e da igreja cristã evangélica”, explicou nossa interlocutora. A entidade é uma organização conhecida mundialmente por viabilizar ações sociais e humanitárias por meio da área de Assistência e Promoção Social Exército de Salvação (APROSE). Em Roraima, as ações se iniciaram em meados de 2018; *a priori*, durariam um período de três meses, mas a entidade foi convidada pelo UNFPA (Fundo de Populações das Nações Unidas) para implementar um projeto em parceria com a Agência.

⁵⁰ O Exército da Salvação é uma organização internacional que remonta à Inglaterra do século XIX, *The Salvation Army* em inglês, com sede em Londres, mas que se espalhou pelo mundo e está presente em muitos países do mundo com reconhecida atuação internacional em situações emergenciais e com populações vulnerabilizadas, explicou-nos a responsável pelo grupo que atuava em Roraima.

*Doutora em Ciências Sociais e pesquisadora colaboradora do GEIFRON (Grupo Interdisciplinar em Estudos sobre Fronteiras/UFRR)

**Doutora em Ciências Sociais; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

Na época da entrevista, a equipe do Exército da Salvação estava implementando o projeto⁵¹, que tinha como objetivo organizar um espaço de referência na assistência psicossocial para pessoas altamente vulnerabilizadas, migrantes e não-migrantes. Para tanto, a equipe estava dialogando com a rede pública de assistência de Boa Vista, pois, conforme explicou a interlocutora:

A gente vai acolher mulheres, brasileiras ou não, a gente vai acolher idosos, independente da nacionalidade, inclusive tem haitianos, por exemplo, que tem uma presença forte aqui na cidade. O público LGBT, outros públicos também que precisam de um tipo de apoio. A gente sabe que a questão dos venezuelanos ela é urgente tanto que a parte da nossa seleção inclui a fluência do espanhol, mas a gente tem que estender a mão pra quem precisa, independente da nacionalidade. [...] Não vamos colocar um rótulo no nosso atendimento, então qualquer um que chegar, ele vai ser acolhido.

Em janeiro de 2019, a casa de referência deu início às ações com o projeto intitulado “Pontes do Exército da Salvação” que contava também com a parceria do ACNUR e o financiamento da União Europeia. A decisão dos entes envolvidos no projeto de não restringir o atendimento apenas aos migrantes e refugiados vislumbrava resguardar o projeto das críticas e ataques comumente direcionados por autoridades e pessoas locais, que se ressentiam e acusavam as organizações de “só ajudarem aos venezuelanos”.

Fraternidade Internacional (FI)⁵²

⁵¹ Organizava a casa onde realizaria o atendimento psicossocial e entrevistava profissionais que comporiam a equipe de assistência e psicologia para atender as pessoas em situação de vulnerabilidade.

⁵² A Fraternidade Internacional surgiu no sul de Minas Gerais a mais de trinta anos, se institucionalizou juridicamente em 2011, tornando-se, portanto, uma organização de direito privado, sem fins lucrativos. Apesar de não se

A Fraternidade Internacional se estabeleceu em Roraima, no final de 2016, com um pequeno grupo instalado em Boa Vista. No entanto, com a evolução do processo migratório para o de *emergência humanitária*, a entidade enviou mais voluntários, que inicialmente se dedicavam à distribuição de comida e ao atendimento médico básicos, já que a equipe contava com vários profissionais da saúde voluntários: médicos, dentistas e psicólogos.

Com o agravamento da situação, a FI se aliou às entidades ligadas às pastorais sociais e aos grupos da universidade que vinham se mobilizando, por meio de projetos diversos, para dar algum tipo de suporte e assistência aos migrantes completamente ignorados e/ou hostilizados pelo poder público local. A entidade integrou o coletivo que em 2017 pressionou os governos locais em prol dos migrantes indígenas vulnerabilizados, cujo número aumentava. E passou a coordenar o primeiro abrigo indígenas improvisado em um ginásio abandonado, cedido pelo governo estadual como resposta pelas reivindicações⁵³.

Após a instalação da *Operação Acolhida*, a infraestrutura nesse abrigo foi melhorada e um segundo abrigo indígena foi aberto em Pacaraima. A gestão desses abrigos passou para a alçada do Alto Comissariado das Nações Unidas – ACNUR, que terceirizou a coordenação destes para a Fraternidade

caracterizar como uma entidade religiosa, os voluntários ou membros da entidade são identificados como missionários.

⁵³ Na época um grupo de entidades foram reivindicar direitos para esses migrantes, maioria da etnia Warao, junto ao governo municipal e estadual e receberam retorno apenas do governo estadual que se reduziu ao empréstimo de um ginásio de esporte abandonado para o coletivo de entidades organizar um abrigo (SARMENTO; RODRIGUES, 2020).

*Doutora em Ciência Sociais e pesquisadora colaboradora do GEIFRON (Grupo Interdisciplinar em Estudos sobre Fronteiras/UFRR)

**Doutora em Ciências Sociais; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

Internacional. A entidade, então, precisou se adequar às exigências burocráticas da parceria com a Agência. Isto é, teve que se estruturar administrativamente, visto que até então possuía uma organização descrita pelos interlocutores como “mais espontânea” e “pautada no voluntariado”. A transformação, descrita como difícil por esses interlocutores, também foi citada como positiva, porque teria possibilitado à entidade ampliar o escopo das ações, antes limitado pela falta de recursos financeiros⁵⁴.

Ao receber recursos internacionais, por meio das parcerias não só com o ACNUR, mas também com o UNICEF, a Fraternidade ampliou muito suas atividades, desenvolvendo ações de proteção e educação. Pôde investir no artesanato indígena e desenvolver atividades educacionais. Dentre estas, mencionaram o projeto *Bem Comum*, cujo objetivo era preparar crianças e adolescentes indígenas para entrarem na rede pública de ensino, pois a organização se disse empenhada em promover a inclusão educacional das crianças indígenas.

Fraternidade Sem Fronteiras (FSF)⁵⁵

A Fraternidade Sem Fronteiras chegou a Boa Vista em outubro de 2017. Em dezembro do mesmo ano, abriu um *centro de acolhimento* para receber famílias venezuelanas integradas por crianças, mulheres grávidas e idosos. O centro garantia o

⁵⁴ De acordo com a entrevistada, antes da parceria com o ACNUR a fonte exclusiva de financiamento para as ações vinha das doações voluntárias. A parceria com Agência da ONU foi a primeira experiência da entidade com gestão de recursos financeiros dessa natureza.

⁵⁵ A Fraternidade Sem Fronteiras é uma ONG brasileira fundada por um empresário mato-grossense que após fazer uma viagem de voluntariado na África, resolveu abrir uma ONG para ajudar crianças órfãs, inicialmente no continente Africano.

acesso básico às necessidades dos acolhidos⁵⁶ por meio de doações que a ONG repartia com outras famílias de migrantes alojadas, provisoriamente, em um Ginásio abandonado no bairro Tancredo Neves, em Boa Vista- RR⁵⁷.

Há pouco tempo que abrimos, precisamos de doação de leite e recebemos do Instituto *Eu estou refugiado* de São Paulo 4000 reais de leite, e sabíamos que no Tancredo Neves [no Ginásio] tinham crianças precisando de leite, então a gente rateou, 2000 de leite para cá e 2000 de leite para lá (representante da ONG, 05/2018).

Além de suprirem as necessidades mais urgentes dos acolhidos, a entidade desenvolvia atividades educacionais (reforço escolar, curso de português), artísticas (aulas de teatro, música e dança) e ações denominadas de *caravanas de saúde e cidadania* e *caravanas de psicologia*⁵⁸.

⁵⁶ O *centro de acolhida* na época da entrevista possuía uma estrutura construída de alvenaria que servia de cozinha para o preparo de alimentos e algumas salas usadas como recepção e para desenvolver atividades pedagógicas diversas. Contava também com uma grande estrutura coberta, com mesas e cadeiras e uma televisão, o local era usado como refeitório e espaço de convivência. Além de banheiros coletivos e lavanderia. Como dormitório cada família recebia uma barraca cuja dimensão variava de acordo com a quantidade de membros. No abrigo recebiam alimentação, atendimento de saúde, suporte para a regularização documental e vacinação, explicou a interlocutora.

⁵⁷ O ginásio, segundo nossa interlocutora da ONG, era um “depósito de gente” sem condições mínimas de alojamento, higiene e acesso à água. O governo do estado transferiu um grupo de cerca de 400 migrantes para o ginásio sem estrutura e assistência necessária. Sendo assim, as entidades envolvidas na questão migratória ajudavam como podia.

⁵⁸ As *caravanas de saúde* ofereciam atendimentos de saúde, com distribuição de medicamentos, ações de beleza e atividades artísticas e lúdicas. As *caravanas de psicologia* ofereciam suporte psicológico aos abrigados. As duas ações eram realizadas por voluntários de outros estados que viajavam

*Doutora em Ciência Sociais e pesquisadora colaboradora do GEIFRON (Grupo Interdisciplinar em Estudos sobre Fronteiras/UFRR)

**Doutora em Ciências Sociais; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

Na época da entrevista, a ONG estava empenhada em conseguir trabalho para os abrigados que desejavam tentar a vida em outras regiões do Brasil. Tinham desenvolvido uma plataforma *online* de cadastro para trabalho, por meio da qual buscava contrato laboral para os candidatos migrantes e fazia a mediação com a empresa. Quando a mediação progredia, mobilizava os apoiadores para custear o traslado do migrante e designava a figura do *tutor fraternal*⁵⁹, que recebia e acompanhava o migrante durante dois anos no destino, “até que pudesse caminhar com as próprias pernas”, conforme assinalou a entrevistada⁶⁰.

Cruz Vermelha Brasileira (CVB)⁶¹

A Cruz Vermelha Brasileira (CVB) enviou sua primeira equipe a Roraima em março de 2018 e, pelo diagnóstico da realidade sobre as ações que já vinham sendo desenvolvidas,

custeando-se a si mesmos para realizar o trabalho voluntário em Roraima, explicou-nos a interlocutora.

⁵⁹ O *tutor fraternal* é como a entidade chamava o voluntário que ela mobilizava em cada cidade para acompanhar o migrante enviado. A tutor prestava os mais variados apoios e instruções para que o migrante pudesse conseguir se integrar na dinâmica da cidade e, sobretudo, acompanhava o desenrolar do trabalho e como as condições para tanto estavam se dando.

⁶⁰ Para desenvolver a plataforma de trabalho, a ONG consultou e recebeu uma espécie de consultoria/orientação do Ministério do Trabalho para que a mediação com as empresas e os contratos fossem feitos da forma mais segura possível, pois segundo nossa interlocutora a entidade se empenhava em garantir a proteção necessária para que os migrantes não sofressem qualquer tipo de exploração.

⁶¹ A Cruz Vermelha é uma entidade internacional que remonta ao século XVII, está consolidada como uma organização humanitária pioneira. No Brasil foi implantada no século XIX, tem mandato próprio, mas trabalha em parceria com Comitê Internacional da Cruz Vermelha, asseverou o ativista da organização em entrevista à pesquisa.

percebeu a necessidade de prestar o *Serviço de Restabelecimento de Laços Familiares* (RLF), assim explicado:

Quando há uma emergência humanitária seja por conflito armado, desastres naturais ou como no caso de Roraima, migrações, sempre acontece separações de laços familiares. Não só a separação física, mas perda de contatos e paradeiros deles. E nós entramos para reestabelecer e manter esse contato, prevenir o rompimento de laços e definir o paradeiro dessas pessoas que se separaram por causa da migração (Representante da CVB, entrevistado em 09/2018).

Com o objetivo de promover o reencontro/contato dos migrantes com familiares que permaneceram no país de origem ou seguiram para outros destinos, a CVB se ocupou de oferecer chamadas telefônicas internacionais e acesso à internet, bem como fazer recargas de créditos para aparelhos móveis. O serviço gratuito funcionava nos abrigos da *Operação Acolhida* e em outros pontos de Boa Vista e Pacaraima. O atendimento aos migrantes para a prestação de serviço nos lugares onde o serviço era instalado era realizado por voluntários mobilizados pela CVB⁶².

Além da mencionada ação, a CVB apoiava a ação *Missão Venezuela* promovida pela Junta de Missões Mundiais, que atuava no Bairro São Vicente em Boa Vista. Esta ação oferecia aulas de português, lugar para tomar banho, doações de alimentos e roupas e realização de chamadas telefônicas⁶³ para os migrantes em situação de rua.

⁶² Na época da entrevista esse serviço estava sendo implantado também em destinos para onde os migrantes venezuelanos estavam sendo *interiorizados* pela *Operação Acolhida*, segundo nos informou.

⁶³ Para ofertar os serviços e apoiar outras ações de entidades a CVB contava com o apoio financeiro do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV).

*Doutora em Ciência Sociais e pesquisadora colaboradora do GEIFRON (Grupo Interdisciplinar em Estudos sobre Fronteiras/UFRR)

**Doutora em Ciências Sociais; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

Engenheiros Sem Fronteiras (ESF)

A entidade Engenheiros Sem Fronteiras abriu escritório em Roraima em 2018, por iniciativa de um grupo de engenheiros e arquitetos locais que, atuantes no Conselho Profissional, preocupados com a situação migratória, resolveram potencializar as ações solidárias de doação que vinham realizando. De acordo com o coordenador do ESF, frente à inércia dos governantes, o grupo resolveu se reunir e se questionar: “Gente, ok! Podemos conseguir comida. Só que essas pessoas precisam de casas, precisam ter uma estrutura técnica pra isso. E foi a partir desse momento que começamos a pautar a discussão nesse sentido”.

Desde então passaram a elaborar projetos e davam suporte técnico às entidades que atuavam com migrantes em ações que demandam expertise em engenharia e arquitetura. Segundo o entrevistado, o suporte técnico na construção do *Centro de Acolhida* da Fraternidade Sem Fronteiras em 2017 foi a primeira ação que realizaram nessa direção. Com o estabelecimento da *Operação Acolhida*, a entidade firmou parceria com as Forças Armadas e, desde 2019, atuou a partir de um escritório dentro do Quartel General (QG) que abrigava as Forças Armadas da *operação*, dentro do 7º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), em Boa Vista. A partir desse escritório, a equipe formada por profissionais e estudantes se empenhava no desenvolvimento de projetos de combate ao incêndio nos abrigos e a assessorar as entidades nas suas demandas técnicas, para implementação dos seus projetos⁶⁴.

⁶⁴ Dentre as assessorias prestadas à entidade, nosso interlocutor citou ainda a cooperação voluntária em projeto desenvolvido pela Cáritas, em projeto do Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados e em projeto do ACNUR.

Associação de Voluntários para o Serviço Internacional - Brasil (AVSI-Brasil)⁶⁵

A inserção da entidade no contexto da migração venezuelana para o Brasil se deu no momento da institucionalização da *Operação Acolhida*, quando os abrigos estavam sendo estruturados sob o comando das Forças Armadas e do ACNUR, em 2018. Em Roraima, a entidade, que possui vasta experiência na gestão de “abrigos” de refugiados pelo mundo, veio exercer exatamente esse papel. Na época da entrevista, a AVSI-Brasil conduzia os abrigos não-indígenas da *Operação Acolhida* e dava suporte aos parceiros da chamada operação logístico-humanitária (Forças Armadas, Agências, ONG e outras entidades) em atividades desenvolvidas naqueles espaços de acolhimento⁶⁶.

5. Considerações Finais

O artigo buscou evidenciar a relevância do papel das entidades/organizações da sociedade civil na dinâmica da acolhida aos migrantes oriundos da Venezuela, apontando, ainda que sinteticamente, o ativismo de um grupo de entidades empenhadas em garantir os direitos humanos naquele contexto de mobilidade humana. Sem dúvida, cabe reconhecer os esforços dessas entidades para levar a cabo ações de

⁶⁵ A AVSI Brasil é uma organização de origem italiana que chegou ao Brasil na década de 1980. É uma organização não-governamental, com mandato próprio, mas parceira da Fundação AVSI italiana,

⁶⁶ Na época dos treze abrigos da Operação Acolhida no estado de Roraima, oito estavam sendo administrados pela AVSI-Brasil.

*Doutora em Ciência Sociais e pesquisadora colaboradora do GEIFRON (Grupo Interdisciplinar em Estudos sobre Fronteiras/UFRR)

**Doutora em Ciências Sociais; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

acolhimento em um cenário de ausência completa do Estado, de falta dos recursos econômicos necessários para as ações e de enfrentamento à xenofobia crescente no estado.

Merece destaque também o ativismo das entidades que, presentes em Roraima desde o início do processo migratório, encabeçaram as ações de denúncia e combate à hostilidade dos governos locais, de instituições e de agentes do Estado que redundavam em medidas excludentes e xenofóbicas, inconstitucionais e contrárias aos acordos internacionais dos quais o país é signatário. Referidas entidades foram centrais na mobilização da atenção nacional e internacional para a situação de precarização do processo migratório, que se agravava sob os olhos negligentes e resistentes das autoridades locais, entre os anos de 2017 e 2018.

A esses atores pode ser atribuída, ainda, a formação de redes de apoio, de solidariedade e convergências, em prol da promoção da dignidade dos migrantes, apesar de todas as diferenças que as separavam. E, sobretudo, o pioneirismo em propor ações para o acolhimento humanizado dos migrantes e refugiados. Ações que posteriormente puderam ser potencializadas por meio dos recursos econômicos aportados pelos Estado brasileiro e pelos organismos/agências internacionais, depois da instalação da *Operação Acolhida*.

No entanto, é importante ressaltar que a abundância de recursos federais e internacionais que chegaram a Roraima após o estabelecimento da operação logístico-humanitária, que possibilitou expandir as ações humanitárias e/ou o número de migrantes e refugiados atendidos pelas entidades, significou também a perda de autonomia dessas entidades nos processos de posicionamento crítico e/ou de denúncia sobre irregularidades e/ou situações adversas no interior da operação que passaram a integrar. De fato, tais posicionamentos esbarravam em *acordos*

*de confidencialidade*⁶⁷, assinados e/ou assumidos por meio das parcerias com agências internacionais e/ou instituições do Estado. Inclusive, algumas entidades e/ou coletivos tiveram que se burocratizar e/ou modificar sua composição ou seu status jurídico, para atenderem os requisitos estabelecidos para firmar tais parcerias.

Diante disso, o reconhecimento do papel das organizações da sociedade civil no processo de migração venezuelana não pode nos furtar da reflexão sociológica acerca de certa retórica humanitária, pois baixo noções como *cooperação* ou figuras como a de *parceiro implementador*; dentre outras expressões da gramática dos organismos de controle globais das migrações, as *ações humanitárias* são terceirizadas (OLIVEIRA *et al.*, 2020) e são criados dispositivos de silenciamento, altamente eficientes, para garantir a credibilidade internacional de instituições nacionais e/ou de organizações internacionais, apesar destas levarem a cabo ações “de controle” e “de proteção” duvidosas ou questionáveis.

Embora alguns ativistas estivessem conscientes da falta de autonomia política imposta por esse modelo de cooperação, estavam também movidos pelos dramas urgentes dos migrantes com os quais lidavam cotidianamente; portanto, empenhavam-se para superar as diferenças e os limites que se impunham à engrenagem humanitária, que se complexificava na medida em que os mais variados perfis de entidades se engajavam na *Operação Acolhida*, dentre eles atores tradicionais em contextos de *ajuda humanitária* internacional.

Neste sentido, as engrenagens (os acordos) e os

⁶⁷ Acordos a que voluntários e/ou contratados dessas Agências também tinham que assinar, conforme se evidenciou durante as entrevistas e observações de campo.

*Doutora em Ciência Sociais e pesquisadora colaboradora do GEIFRON (Grupo Interdisciplinar em Estudos sobre Fronteiras/UFRR)

**Doutora em Ciências Sociais; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

silenciamentos vão garantindo a projeção da operação como um *modelo de governança migratória* e seu alargamento no tempo/espaço – sua durabilidade. Noções de *urgência, emergência, crise, anormalidade* vêm possibilitando a manutenção de um modelo de gestão migratória que perdura desde 2018, ou seja, com cinco anos de existência e, ainda, em caráter *emergencial*, sem redundar em política pública efetiva e permanente. Deste modo, seria interessante imaginar outros modos de gestão e cooperação humanitária e pensar criticamente a que interesses este modelo em curso no Brasil, por meio da *Operação Acolhida*, vem atendendo. Neste sentido, como bem sinalizam Pereira et al. (2022), o atual modelo possibilita

suspender normas e adotar medidas excepcionais que servem tanto para reduzir a accountability dos atores envolvidos, quanto para criar mecanismos e estruturas de resposta específicas para atender os interesses de determinados grupos (PEREIRA et al., 2022).

Não obstante, a conversão da ação emergencial em políticas pública depende, dentre outras coisas, do [re]posicionamento crítico das entidades da sociedade civil e da disposição de se reinventarem no caminho das lutas sociopolíticas, pressionando o Estado, e não apenas no sentido de se *ONGnizar*⁶⁸ (DAGNINO, 2004; PEREZ, 2005; OLIVEIRA, 2007). Uma certa autonomia das entidades da sociedade civil é necessária, embora não seja uma tarefa simples, uma vez que envolve múltiplas questões, como a perda de financiamentos para ações e de solvência econômica para contratar o serviço de terceiros (posto de trabalhos e/ou de bolsa), dentre outras. Precisa ser

⁶⁸ Termo que tem sido utilizado por um conjunto de autores, especialmente após os anos 2000, para problematizar a proliferação das organizações não-governamentais e sua conversão para a lógica de “empresa”, em um processo de substituição das lutas, de despolitização, para uma lógica de prestação de serviços, seja para o Estado, seja para organismos internacionais.

feita uma crítica às práticas e ações humanitárias cada vez mais securitizadas e que, muitas vezes, terminam em violação de direitos. No entanto, é preciso não “jogar a água da banheira juntamente como o bebê”, como diz o ditado popular. Por exemplo, a participação de algumas dessas entidades, por meio da Articulação dos Serviços aos Migrantes e Refugiados da Diocese de Roraima –ASEMIR, no mês de março de 2023, na discussão e elaboração do Regimento Interno do Comitê Estadual Intersectorial de Atenção aos Migrantes, Apátridas e Refugiados de Roraima – CEIMAR/RR, criado por meio do Decreto nº 33.022-E, de 26 de julho de 2022, foi fundamental. Com assessoria da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM/UFRR) e do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras – GEIFRON, ambos da Universidade Federal de Roraima, foi possível garantir a paridade entre sociedade civil e governo, a alternância da presidência do Comitê entre representantes do governo e sociedade civil, bem como critérios menos burocráticos para a participação de entidades formadas por migrantes.

6. Referências

- ALMEIDA, Ronaldo. Dios por encima de todos: evangélicos y la elección de Bolsonaro. In: DE LA TORRE, Renée; SEMÁN, Pablo (Orgs). **Religiones y espacios públicos en América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México: Centro de Estudios Latinoamericanos Avanzados - CALAS, 2021, p.185-202.
- AVRITZER, Leonardo. 2012. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião pública**, Campinas, vol. 18, nº 2, p. 383-398, novembro de 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/op/v18n2/a06v18n2.pdf>

*Doutora em Ciência Sociais e pesquisadora colaboradora do GEIFRON (Grupo Interdisciplinar em Estudos sobre Fronteiras/UFRR)

**Doutora em Ciências Sociais; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

- BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa Porta**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2017.
- BAENINGER, R.; PERES, R. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Belo Horizonte, v.34, n.1, janeiro. 2017.p.119-143.
- DAGNINO, E. 2004. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, Florianópolis: Cidade Futura, n. 5. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983/0>
- CARRASCOSA, María Isolda Perelló; LACOMBA, Joan. Las organizaciones de la sociedad civil en fronteras de alta migración: entre el humanitarismo y la defensa de derechos. **Revista Interdisciplinar de Movilidad Humana**. Brasília, v. 28, n. 58, abr. 2020, p. 13-3.
- DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 5, p.139-164, 2004.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. O Brasil frente ao regime global de controle das migrações: Direitos humanos, securitização e violência. **Revista do Migrante** - Ano XXXI, nº 83, 2018.
- FUNDAÇÃO Getúlio Vargas (FGV) e Diretoria de Análise de Políticas Públicas (DAPP). **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano**: evidências e subsídios para políticas públicas. Fundação Getúlio Vargas, Diretoria de Análise de Políticas Públicas. Rio de Janeiro: FGV/DAPP, 2020.
- FERNÁNDEZ, Adrián Padilla. Venezuela entre la hegemonía y la contra-hegemonía: una lectura contextual para comprender una complejidad socio-histórica. **Textos e Debates**, n.32, junho de 2019, p. 175-198.

- GÁNDARA CARBALLIDO, Manuel E. **Los derechos humanos en el siglo XXI: una mirada desde el pensamiento crítico.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2019.
- JARDIM, Denise F. **Imigrantes ou refugiados? Tecnologias de controle e as fronteiras.** Jundiá: Paco Editorial, 2017.
- MANCEBO, DEISE. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. **Educação e Sociedade.** Campinas, v. 38, n°. 141, 2017. p.875-892.
- MBEMBE, A. **Necropolítica.** São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. Neoliberalismo, (contra)reformas e educação. In: CARUSO, Haydé; SANTOS, Mário Bispo dos (orgs.). **Rumos da Sociologia na educação básica: ENESEB 2017, reformas, resistências e experiências de ensino.** Porto Alegre: Cirkula, 2019.
- OLIVEIRA, Francisco de. Capitalismo e política: um paradoxo letal. In: NOVAES, Adauto (org.). **O esquecimento da política.** Rio de Janeiro: Agir, 2007.
- OLIVEIRA, Márcia; SARMENTO, Gilmara; VALERIO, Joel. Perfil Migratório Venezuelano e Demandas por Políticas Públicas em Boa Vista. In: OLIVEIRA, Márcia; Maria das Graças Santos (Orgs.). **Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.
- PATARRA, N. Migrações internacionais de e para o Brasil: contemporâneo volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, julho de 2005. p. 23-33.

*Doutora em Ciência Sociais e pesquisadora colaboradora do GEIFRON (Grupo Interdisciplinar em Estudos sobre Fronteiras/UFRR)

**Doutora em Ciências Sociais; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

- PEREZ, Cristina Olívia. **ONGs e governo: um estudo sobre as organizações não governamentais que trabalham com meninos (as) de rua no centro de São Paulo e as relações com a administração municipal**. Dissertação (Dissertação em Sociologia) – USP. São Paulo, p. 206, 2005.
- RIBEIRO, Natália Vilar Pinto. Fluxo migratório venezuelano no Brasil: análise e estratégias. *In: **Revista Jurídica da Presidência***. Brasília v. 20 n. 122, p. 541-563, 2019.
- SARMENTO, Gilmara G. S. Entre a assistência e a representação: o papel das ONGs e a política local no contexto de imigração venezuelana para Roraima. **Relatório Anual** Bolsa PNPd/CAPES/UFRR. Boa Vista-PRPPG/UFRR, 2019. 47 p.
- SARMENTO, Gilmara G.S.; RODRIGUES, Francilene. Entre a emergência e os limites do acolhimento: atores, protagonismos e contradições. *In: OLIVEIRA, Márcia; DIAS, Maria das Graças Santos (Orgs.). **Coletânea Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica*** v. 2. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.
- SILVA, Sidney Antônio da. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v.34, n.1, p.99-117, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00099.pdf>
- VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol.22, nº 63, 2007.